

A REIVINDICAÇÃO DO QUE NÃO PODE SER DESCARTADO

THE RECLAIMING OF WHAT CANNOT BE DISCARDED

Márcio Moneta*

MILLAR, Kathleen M. **Reclaiming the discarded** – Life and Labor on Rio's Garbage Dump. Durham : London: Duke University Press, 2018. *E-book*.

É mais famígera do que propriamente explorada em todas as suas consequências teóricas e suas potenciais soluções metodológicas a assimilação da produção de Edward Palmer Thompson pelas ciências sociais. Interessado no trabalho de refinamento conceitual e analítico do materialismo histórico a partir de uma teoria social thompsoniana, bem como no seu manuseio para o trato de sociedades capitalistas contemporâneas, travei contato com o trabalho de Kathleen M. Millar. Ela havia coordenado, em 2013, no Encontro da *American Anthropological Association*, uma sessão de trabalhos inspirados em Thompson e, a partir dessa informação, tomei conhecimento de sua pesquisa no Rio de Janeiro – já divulgada através de um artigo e substrato de um livro no prelo. Foi com agudo entusiasmo, então, que aguardei o lançamento de *Reclaiming the Discarded – Life and Labor on Rio's Garbage Dump*, que, empunhando a promissora noção de **forma de viver**, se põe a abordar, como se lê no subtítulo da obra, a lide de trabalhadoras/es coletoras/es de material reciclável no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, na cidade de Duque de Caxias.

A expectativa mais do que se confirmou. Millar, de modo sério e competente, munida de profundo compromisso etnográfico, nos faz conhecer não apenas a maneira como labutam, mas as condições de existência dos **catadores**, termo nativo que a autora utiliza sem verter tradução para sua própria língua – é dela também a ausência de flexão de gênero para o vocábulo quando utilizado no plural. Em outras palavras, somos apresentados/as à tese, solidamente exposta, de que, ao tratar do labor em Jardim Gramacho, está-se tratando de toda uma forma de viver, que abarca tanto, digamos, um meio de vida (*livelihood*), como um modo de vida. Esse duplo significado, prossegue Millar, pretende superar a “divisão conceitual entre trabalho e vida” (MILLAR, 2018, posição 296) própria ao capitalismo. Nesse conceito, englobam-se, assim, valores e práticas, cultura e política, em suma, as balizas que conformam as aspirações de vida dessa população.

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, cientista social graduado pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marciomoneta@ufpr.br

Em *Reclaiming*, temos contato com mulheres e homens de relação ardua com o assalariamento convencional e para quem a atividade de coleta de recicláveis não se explica, ao menos não inteiramente, pela ausência de alternativas de trabalho ou como imperativo de sobrevivência, como de modo desinformado se costuma supor. Se o desemprego ou o desalento são, para boa parte das/os informantes, caminho de acesso a tal ocupação, a permanência nela, eis aqui um primeiro grande achado etnográfico, decorre em larga medida de uma série de decisões de confirmação, dentro do espaço limitado de alternativas que se apresentam nessa experiência de classe. Lemos histórias de vida de trabalhadores/as desempregados/as; ou de antigas/os ambulantes exaustas/os da repressão policial e arruinadas/os financeiramente pelo confisco ou destruição de suas mercadorias; num caso e noutro, levados/aos ao depósito de lixo através de suas redes pessoais, em momentos críticos. Em contrapartida, o caminho inverso, o de saída do trabalho no aterro, se apresenta reiteradas vezes às/aos informantes de Millar, para ser seguidamente rejeitado.

“Eu não consigo mais me acostumar a trabalhar como empregada de outra pessoa” (MILLAR, 2018, posição 1736), nos comunica Alessandra, ao explicar seu abandono de um posto formal de trabalho que ocupou brevemente em subsequência a uma trajetória de muitos anos na coleta de recicláveis. Por um mês, ela esteve empregada como camareira em um hotel e de lá se retirou para não ter que labutar sob a hierarquia de um/a chefe ou segundo os rigores de uma gestão heterônoma de sua jornada de trabalho; no **lixão**, ela continua, “você faz o seu próprio salário e sua própria escala. O catador se acostuma a fazer o que quer, quando quer. Se acostuma a não receber ordens” (MILLAR, 2018, posição 1727).

Rose, outra informante, registra movimento similar. De início exultante por haver conseguido uma inédita contratação com **carteira assinada**, pela qual receberia dois salários mínimos, estava, poucas semanas depois, de volta à coleta. A ela, que previamente defendera enfaticamente a opção pelo abandono do trabalho no lixão – “puro sofrimento” –, pareceu irracional, reporta Millar, a necessidade de permanecer no local de trabalho mesmo tendo já cumprido as tarefas a ela designadas, nada mais, portanto, tendo lá a fazer.

A atividade laboral no aterro, por contraste, tem outra temporalidade e ela não é bem compreendida sem se desvendarem os fundamentos que forjam o ideal de vida a orientá-la. As constatações de que “o lixão está sempre lá”, na voz da própria Millar (2018, posição 1507), ou de que “o lixo nunca acaba” (MILLAR, 2018, posição 666), conforme ecoado por informantes – isto é, o sentido de que, no aterro, o trabalho, com sua respectiva remuneração, jorra de fonte inesgotável, a percepção da experiência a ele associada como a de uma abundância, que muito discrepa da ideia de mera subsistência – dão base a uma certa atitude com relação à coleta de recicláveis que é marcada pela inconstância e por uma prodigalidade, diria o Marshall Sahlins de “*The original affluent society*”, cuja evocação me parece aqui incontornável. O aterro é descrito como um “refúgio”, a garantir segurança. O tema da autonomia ganha, nessa senda, tratamento de relevo.

O trabalho se organiza em função das demandas pecuniárias, não com fins de acumulação – ao contrário, é preciso não ter receio de consumir, de modo a desfrutar as “coisas boas da vida”, mesmo porque, em tal contexto, de extrema fluidez nas remunerações, de endividamento e socorro mútuos, gastar é a melhor estratégia de poupança, conclui Millar. De modo associado, o ritmo de trabalho igualmente conforma os parâmetros de uma boa vida: trabalha-se sem dias predeterminados, sem horários fixamente estabelecidos; as incursões na coleta se dão a partir da demanda de arrecadação de fundos para fazer frente a despesas corriqueiras, mas também diante de intercorrências e emergências (e, nesse último caso, através de jornadas que podem se estender indefinidamente, até que se obtenha o montante necessário ou desejado). Em síntese, a um padrão normativo que preconiza o trabalho em termos de estabilidade, de demarcação rígida entre vida e labor, de saneamento financeiro, se contrapõe uma vivência caracterizada pela fluidez: “*vou e volto*”¹ (MILLAR, 2018, posição 1404, itálico no original), dizem catadoras/es, com referência seja aos retornos corriqueiros ao aterro², seja àqueles que sucedem as tentativas mais definitivas de abandono da atividade.

Nesse ponto, exhibe-se toda a inocuidade de eventual recurso a categorias legítima e competentemente empregadas na análise crítica de estratégias contemporâneas de aviltamento do trabalho assalariado. Os aspectos degradantes que se identificam, por exemplo, no manejo dito flexível da disposição e da extensão do tempo de trabalho em modalidades contemporâneas de gestão das firmas capitalistas não fornecem, nesse caso, um chão analítico útil.

Tenho ciência de que caminho aqui em terreno pedregoso e perigoso. Estou defendendo a dignidade do trabalho em um depósito de lixo? E por longas jornadas? Volto a essas questões, mas aqui as menciono porque elas são índice do quão igualmente desconcertante (e, por isso, por vezes, penosa, ainda que estimulante) pode ser a leitura de *Reclaiming*, de como exige similar esforço relativista de quem lê acompanhar as inquietantes conclusões de Millar, o que apenas torna mais meritória sua corajosa análise, que é consistente.

A virtuosidade etnográfica aí contida se revela em legados adicionais e correlatos. Talvez nada seja mais emblemático a esse respeito do que a maneira como o texto deixa descoberta a frivolidade das propostas regulatórias da atividade laboral do aterro no Jardim Gramacho, constitutivas de uma abordagem que, à primeira vista, seria intuitivamente considerada não só como diligente, mas como bem orientada normativamente – o que faz do livro também subsídio metodológico relevante do ponto de vista da formulação de políticas públicas. Defendidas pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) do Rio de Janeiro, responsável pelo Aterro, medidas como a limitação da extensão e dos horários da jornada de trabalho ou a realocação das/os catadoras/es em ocupações menos arriscadas – o afã último era o de remoção das/os

1 Esta citação aparece originalmente em português no livro. Todas as demais foram livremente traduzidas por mim, ainda que por vezes seguindo indicações da autora.

2 É que boa parte das/os catadoras/es não reside próxima ao aterro e, assim, empreende movimento pendular, alternando breves períodos em Jardim Gramacho, em pousos provisórios, e em suas residências fixas, localizadas em outros bairros ou mesmo em outras cidades.

catadoras/es de sua atividade – se mostram como situadas entre a ingenuidade e a ineficácia, pela desconsideração do que acarretariam em termos de desmantelamento de todo um modo de vida. “Se o lixão ainda existisse, eu estaria lá. Com certeza” (MILLAR, 2018, posição 3772), disse Juliana, que se encontrava trabalhando com carteira assinada após a desativação do aterro, ocorrida em 2012³. *Reclaiming*, nesse sentido, como sólida etnografia, atinge de morte um etnocentrismo de múltiplas facetas.

Em mote correlato, o livro nos informa das frequentes perguntas dirigidas por outras/os antropólogos/os a respeito dos riscos enfrentados em campo. Como se pode imaginar, não foi sem eles que Kathleen Millar se lançou nessa empreitada. Ao se fazer catadora, se expôs, como seus/suas colegas de coleta, à manipulação dos resíduos sem equipamentos certificados de proteção individual – ela, salvo melhor juízo, se valeu dos mesmos dispositivos de proteção utilizados pelos/as demais catadores/as, produzidos a partir de insumos lá coletados, pelo que, aliás, constatamos outro de seus ricos achados etnográficos, a percepção do material de que se compõe o aterro sanitário não como uma massa indistinta de dejetos, mas como algo a ser perscrutado, avaliado, triado, numa atividade de segmentação entre o que é reciclável (para a indústria), o que é utilizável (pelas/os trabalhadoras/es) e o que é imprestável. Atravessar um sentimento visceral de repulsa – de abjeção, o termo mobilizado pela autora – é parte do processo de se tornar catador/a⁴; o lixo perde então sua aparência amorfa, o/a catador/a adquire a habilidade de avaliar entre uma multiplicidade de formas – trata-se de um saber laboral que demanda aprendizado prático. Registre-se que, sim, Millar, por vezes, adoeceu – e se automedicou, a partir das instruções de colegas para lidar com infecções dermatológicas recorrentes.

Retomemos a questão das condições do trabalho no aterro; tenho especialmente em mente o plano de ações regulatórias delineado pela assistente social da Comlurb. Se fica nítida a inadequação de tal plano – porque autoritário e, concomitantemente, ineficaz –, por outro lado, todavia, me parece mandatário lidar com algumas questões normativas que se impõem: os riscos à saúde não justificariam a interdição do trabalho de coleta de recicláveis? Ou, de outro modo: se uma das contribuições mais diretas de *Reclaiming* diz respeito à dissolução da aparência de marcada obviedade de certas proposições de políticas públicas destinadas a essa população, o que fazer dos efetivos danos sanitários que a atividade laboral em espaços como um aterro

3 Há algo de irônico e informativo aí: Juliana estava trabalhando no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) inaugurado em Jardim Gramacho para viabilizar o pagamento de indenização aos/às antigos/as catadores/as por ocasião do fechamento do aterro.

4 Temos aqui uma pequena nota reveladora das questões postas à escrita ou, antes, à práxis etnográfica. Se, do ponto de vista formal, isto é, da exposição, os questionamentos sobre o risco da atividade aparecem emitidos por colegas antropólogos/as, a abjeção é relatada pela voz de informantes. Aparentemente, em seu esforço relativista, há por Millar uma repressão desse sentimento, que, aliás, só é abertamente admitido e exposto quando revelada sua serventia etnográfica: “eu tinha empreendido tanto esforço, durante aqueles meses iniciais de pesquisa de campo, tentando ser ‘duroná’, tentando tanto não ficar consternada, nauseada ou chocada, que eu deixei de reconhecer que, por vezes, os catadores também reagem ao lixão dessa maneira” (MILLAR, 2018, posição 1094).

sanitário provoca? Não foi sem inquietude que eu me tive com esses questionamentos, com seu tratamento por Millar – que não os enuncia, seja porque eles extrapolem os propósitos da pesquisa, ou para evitar comprometer a exposição rigorosa do objeto pesquisado; num caso e no outro, talvez ainda porque entenda que proferir tais questionamentos seja tão somente responder expressamente à convocação etnocêntrica. Isso não a faz, todavia, deixar de pontualmente reconhecer a “relação de desigualdade” (MILLAR, 2018, posição 950) inerente à coleta das sobras descartadas por outrem; e de dar ciência da onipresença dos danos à integridade física trazidos por esse trabalho “profundamente doloroso e precário” (MILLAR, 2018, posição 1415): “Não existia qualquer prevenção ou compensação frente aos danos que os catadores sofriam, e a vida em si estava em risco no lixão” (MILLAR, 2018, posição 1510). A terapêutica para se lidar com essa periculosidade extrema – ou, mais radicalmente, o debate sobre a dignidade ou a moralidade da existência desse trabalho – Millar delega, suponho, ao debate público.

De todo modo, o que adicionalmente se vê na tal proposta de intervenção da Comlurb é um certo estreitamento normativo – o parâmetro de referência é, predominantemente, o modelo regulatório ancorado no trabalho assalariado protegido, de vínculo empregatício formalizado.

Essa apresentação sucinta do que se expõe em *Reclaiming*, creio, deixa antever a magnitude do trabalho etnográfico realizado: a vasta imersão, entre 2008 e 2009, no Jardim Gramacho (que, em 2005, se constituía o maior aterro sanitário da América Latina, informa o livro) e os longos sete anos por que se estende a investigação, aí contabilizadas incursões prévias e retornos subsequentes ao campo, num período que se prolonga até 2012. Tem-se por resultado uma obra densa, de invulgar acurácia analítica.

Algo de incômodo acompanhou minha leitura do livro, todavia. A literatura produzida pelas ciências sociais no Brasil aparece quase sempre como elemento pictórico ou, na melhor das hipóteses, como auxiliar da argumentação feita por autoras/es pertencentes a instituições do Atlântico Norte.

Em exemplo eloquente, a extensa bibliografia autóctone a respeito da noção de informalidade é exemplarmente desconsiderada, sem que pareça haver razões internas às obras para tanto. Certo é que a autora rejeita tal noção em favor da ideia de uma plasticidade de formas: o conceito de informalidade restaria irremediavelmente constituído de um juízo negativo, compromissado normativamente com uma posição que enxerga desviantes as formas econômicas que pretende descrever – o que, a propósito, deve ser visto como importante contribuição teórica de *Reclaiming*. Para substanciar esse debate, é convocada uma produção conceitual que recebe abrigo canônico em países centrais, para o desprezo de contribuições seminais, cuja argumentação em muito antecipa (ou mesmo supera) aquela com que debate a autora – penso na ausência, por exemplo, das formulações de Francisco de Oliveira ou de Florestan Fernandes; e tenho em mente, ainda, reflexões suscitadas mais recentemente por Luiz Antônio Machado da Silva, a quem a autora, inclusive, dirige agradecimentos pela orientação quando no Rio de Janeiro.

É provável ainda que uma certa debilidade constatada na abordagem mais propriamente sociológica da sociedade brasileira seja um reflexo da lacuna mencionada. Veja-se, em outra ilustração, a relativa palidez com que faz referência às heranças do varguismo para a experiência laboral no país – nomes como Maria Célia Paoli ou Luiz Werneck Vianna, para lembrar apenas duas referências, são ausências notórias, pelas relevantes contribuições nas temáticas em questão. De modo correlato, a tradição que vai de Wanderley Guilherme dos Santos a Adalberto Moreira Cardoso não é vista figurar nos comentários sobre o repertório aspiracional e moral das/os trabalhadoras/es brasileiras/os.

Há, ainda, em sentidos distintos, outras debilidades no livro. Resulta questionável a aligeirada caracterização das transformações sociais que se seguiram à experiência governamental federal do Partido dos Trabalhadores. Se, aqui, autores/as brasileiros/as são fartamente convocados/as, tanto a bibliografia, quanto os dados manejados por Millar conformam um painel pouco nuançado, malsucedido na periodização histórica dessas gestões – na apreensão, por exemplo, da inflexão rumo a uma política econômica mais expansionista, depois da crise de 2005, na eleição de 2006 e especialmente no segundo mandato (2007-2010); a ideia de um neodesenvolvimentismo é, no livro, indistintamente aplicada a todo o período. De resto, Millar subscreve a interpretação infundada de que os bons resultados econômicos conhecidos nesse interregno são derivação quase que exclusiva do ciclo de alta das *commodities*, o que se faz acompanhar de afirmações imprecisas sobre deteriorações no mercado interno brasileiro.

Mas a deficiência nessa caracterização está, especialmente, nos elementos invocados na produção do balanço dos mandatos petistas. O foco recai acentuadamente no Programa Bolsa-Família; subestima, por exemplo (e sobretudo), a política de reajustes do salário mínimo, e esse é um problema fulcral, se entendermos que os avanços distributivos conhecidos no período se devem crucialmente a tal política, inclusive pelos desdobramentos via seguridade social, que, aliás, recebe tratamento negligente no livro – a previdência social é retratada como mecanismo catalisador de desigualdade⁵. São igualmente deixadas de lado outras políticas cruciais, que diretamente afetam a reprodução da força de trabalho e o modo de vida da classe trabalhadora no país (políticas de educação básica e superior, de moradia, de igualdade racial, de eletrificação etc.). Ainda digno de nota, o comentário sobre uma alegada ausência de investimento em infraestrutura informa outra imperícia: ignora-se inteiramente o programa de obras que permitiu, em um primeiro momento, a caracterização de um neodesenvolvimentismo no país.

Nada disso, todavia, deve trazer dúvida sobre a exuberância de *Reclaiming the Discarded*. A amplitude do trabalho de campo de Kathleen Millar; a seriedade, a integridade e a efetividade de sua observação; e seu compromisso com os métodos – de pesquisa e de análise – que caracterizam as melhores empreitadas em etnografia nos legam uma obra valiosa.

5 Para um apanhado do papel protagonista cumprido pela elevação do salário mínimo na redução da desigualdade da renda domiciliar entre 2003 e 2014, especialmente pela sua função de piso constitucional de transferências previdenciárias e assistenciais – aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada etc. –, ver Kerztenetzky (2017).

A propósito, muito ainda poderia ser destacado entre os dados etnográficos que se trazem à luz. Menciono pontualmente a identificação de diferentes subgrupos de trabalhadoras/es de reciclagem porque ela ilustra muito do respeito de Millar à complexidade da população por ela estudada, bem como da proliferação dessa investigação. Vemos, por exemplo, como os **moradores**, aqueles que não só laboram no aterro, mas lá residem, podem conciliar trabalho e consumo continuado de substâncias psicoativas; como desenvolvem determinadas práticas coletivas ou intersubjetivas de que a autora se vale para falar dos diferentes projetos políticos identificados, sem menosprezar, mas também sem privilegiar analiticamente as formas mais reconhecidas de organização (associações, cooperativas e movimentos sociais, por exemplo) ou as formas mais evidentes de ação (tais como a greve contra a queda dos preços, nos primórdios do aterro; ou, ainda, a mediação coletiva na interlocução com a administração do aterro e com sucateiros/as).

E eu certamente não gostaria de ter deixado para o final o comentário sobre a extraordinária qualidade do impressionante texto produzido por Kathleen M. Millar. É nada menos que exemplar a confecção da peça. O trânsito entre as cenas etnográficas e o debate antropológico (ou sociológico, quando o caso) é apenas parte da perícia e habilidade com que Millar erige e manuseia seu método de exposição, cuja tecitura rigorosa traz competentes resultados em termos de desvelamento do seu objeto, da produção de inferências, da construção de sua argumentação.

Não é sem razão, aliás, que cause imediato constrangimento o arrolamento dos planos de regulação do trabalho no aterro: eles são destrinchados quando já absolutamente esmiuçada a forma de viver das/os catadoras/es, quando já inteiramente conhecidos os valores e propósitos a guiá-la. Trocando em miúdos, há aí mérito não apenas da qualidade investigativa de Millar, mas também de seu método de apresentação. Por fim, é de se anotar com entusiasmo ainda a enorme qualidade estilística do texto redigido – é livro que não apenas se lê, mas se o faz com rara satisfação.

Reclaiming the Discarded, então, deve ser lido. Porque não se furta a ampliar os horizontes normativos, abre caminho para observações precisas, perfaz críticas agudas. Seria ocioso descrever como alegórico o que isso empresta para críticas da profunda degradação do trabalho representada, por exemplo, por modalidades **uberizadas** de trabalho: a lição a ser tirada aqui é a de que a denúncia do aviltamento do trabalho não se confunde com a defesa do contrato regulado de assalariamento por tempo, sequer depende de suas categorias para encontrar expressão – ou, em outros termos: se a luta por trabalho decente através da proteção regulatória do emprego é, especialmente na atual quadra histórica, absolutamente crucial, a garantia de condições dignas de trabalho não deve, por outro lado, depender da defesa da legitimidade do trabalho estranhado assalariado (ainda que em sua versão regulada) e do sequestro aspiracional que dela decorre.

Indo mais longe, se prestarmos atenção ao que dizem catadoras/es de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, encontraremos a afirmação da dignidade e – mesmo diante de aguda penúria – da aspiração por autonomia, por controle sobre a própria vida. Não se tome por expediente crítico a tentativa de atrofiar tais aspirações, de modo a fazê-las caber na estreiteza de um padrão regulatório que tenha por fundamento o assalariamento.

Referências

MILLAR, Kathleen M. **Reclaiming the discarded** – Life and Labor on Rio's Garbage Dump. Durham: London: Duke University Press, 2018. *E-book*.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. “Foi um pássaro? Foi um avião?” Redistribuição no Brasil do século XXI. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 15-34, jul. 2017.

Recebido em: 04/02/2021

Aceito em: 16/11/2022